

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS

THE TEACHING PRACTICE IN THE FACE OF SOCIAL AND EDUCATIONAL TRANSFORMATIONS

LA PRÁCTICA DE LA ENSEÑANZA ANTE LAS TRANSFORMACIONES SOCIALES Y EDUCATIVAS



Daiana Costa Azevedo

Universidade Federal do Acre (UFAC), Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil
daianaazevedo98@gmail.com



Maria Aldecy Rodrigues de Lima

Universidade Federal do Acre (UFAC), Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil
aldecyzs@gmail.com



Maria Irinilda da Silva Bezerra

Universidade Federal do Acre (UFAC), Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil
maria.irinil@ufac.br

Resumo: Este estudo faz parte da pesquisa em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens - PPEHL/Ufac e tem como objetivo compreender a constituição da profissão docente, investigando os elementos que compõem a identidade profissional do professor e os contextos socioculturais que influenciam essa construção. A metodologia utilizada é qualitativa, baseada na revisão

bibliográfica, abordando a profissão professor sob uma perspectiva histórico-crítica, analisando as complexidades e desafios do trabalho docente em diferentes períodos históricos. Os resultados revelam que a identidade docente é uma construção que resulta de vivências políticas, sociais e culturais, que impactam diretamente a forma como os professores se percebem e agem no contexto educacional.

Palavras-chave: Educação contemporânea. Identidade docente. Papel do professor.

Abstract: This study is part of ongoing research within the Graduate Program in Teaching Humanities and Languages (PPEHL/Ufac) and aims to understand the constitution of the teaching profession by investigating the elements that shape the professional identity of teachers and the sociocultural contexts that influence this construction. The qualitative methodology is based on a bibliographic review, addressing the teaching profession from a historical-critical perspective and analyzing the complexities and challenges of teaching work across different historical periods. The findings reveal that teacher identity is a construct resulting from political, social, and cultural experiences that directly impact how teachers perceive themselves and act within the educational context.

Keywords: Contemporary education. Teacher identity. Teaching role.

Resumen: Este estudio forma parte de la investigación en desarrollo en el Programa de Posgrado en Enseñanza de Humanidades y Lenguajes (PPEHL/Ufac) y tiene como objetivo comprender la constitución de la profesión docente, investigando los elementos que conforman la identidad profesional del profesor y los contextos socioculturales que influyen en esta construcción. La metodología utilizada es cualitativa, basada en la revisión bibliográfica, abordando la profesión docente desde una

perspectiva histórico-crítica y analizando las complejidades y desafíos del trabajo docente en diferentes períodos históricos. Los resultados revelan que la identidad docente es una construcción que resulta de vivencias políticas, sociales y culturales, que impactan directamente en la forma en que los profesores se perciben y actúan en el contexto educativo.

Palabras clave: Educación contemporânea. Identidad docente. Papel del profesor.

Data de submissão: 11/11/2024

Data de aprovação: 25/11/2024

Introdução

Os estudos sobre a profissão docente têm se tornado cada vez mais relevantes na historiografia da educação brasileira, sendo um tema discutido em congressos e estudos científicos da área com publicação constante em periódicos especializados. Esse intercâmbio de conhecimentos entre pesquisadores da educação, tanto no cenário nacional quanto internacional, refletem a crescente importância da profissão docente na História da Educação (Lopes, 2013).

Em um contexto que engloba a educação formal e as mudanças sociais, temos uma visão quase generalizada de que a escola está em crise, evidenciada por sua dimensão conservadora e reprodutora do sistema. Por outro lado, buscam-se soluções para recriar e redimensionar essa mesma escola. O discurso da busca por autonomia, inovação e mudança, esconde uma rotina regulamentada e condições de trabalho limitantes nos espaços escolares (Cavaco, 1999). As contradições existentes na escola atravessam todos os níveis de relações interpessoais, inclusive na atuação e formação de professores e sua realidade profissional.

O presente trabalho aborda a constituição histórica da docência e a construção da identidade profissional dos professores no contexto das transformações sociais e educacionais. Trata-se de uma análise sobre o papel do

professor como agente de transformação social e as influências políticas, culturais e históricas que moldam a prática docente.

A definição da profissão docente se relaciona diretamente à educação enquanto um processo que se faz nas sociedades humanas, em que os indivíduos precisam se desenvolver, tanto pessoal quanto coletivamente (Costa, 1995). A defesa de uma escola humanista e a vivência do sistema, muitas vezes discriminatório, aponta para uma contradição entre a retórica e a prática, organizada para atender a ideologia da classe dominante. Assim, a temática da identidade e do papel do professor tem sido pauta de debates, enfrentamento e resistência ao longo dos tempos. Para a realização deste ensaio, alguns questionamentos foram feitos: Qual é o papel da educação na sociedade de classes? Como se constitui a formação inicial e a identidade docente? Qual o papel do professor nas diferentes sociedades?

O objetivo geral deste estudo é compreender a constituição da profissão docente, investigando os elementos que compõem a identidade profissional do professor e os contextos socioculturais que influenciam essa construção. Especificamente, pretende-se analisar as principais correntes pedagógicas no Brasil, discutir o impacto da feminização do magistério e examinar a relação entre a profissão docente e os desafios contemporâneos, promovendo uma educação mais consciente e democrática.

Isso envolve uma compreensão da trajetória e evolução da profissão, bem como dos fatores que influenciam sua formação. A justificativa para a escolha do tema reside na importância crescente de entender o papel docente à luz das demandas sociais e da necessidade de formação de cidadãos críticos e atuantes. A identidade docente, em constante construção, reflete e dialoga com as transformações políticas e sociais, sendo essencial para a evolução da prática educativa no Brasil e no mundo.

A metodologia utilizada é qualitativa a partir de uma revisão bibliográfica. Apresentamos uma discussão baseada em autores como Costa (1999), Nóvoa (1999), Luckesi (2011), Libâneo (2013, 2014) e Freire (2023), dentre outros. A organização do trabalho divide-se em seções que tratam, inicialmente, da percepção histórica da profissão professor, em seguida, a discussão sobre a feminização do magistério no Brasil. Discute-se temáticas, como: as tendências pedagógicas no Brasil e o trabalho docente; o profissional docente e as considerações sobre seu papel e identidade; o entrelaçamento razão e emoção na prática educativa e o debate acerca do surgimento de uma nova sociedade e o professor na educação contemporânea.

Percepção Histórica da Profissão Professor

A história da profissão docente remonta a milhares de anos, datando das civilizações antigas, como Babilônia,

Grécia e Egito. Desde então, o ensino está diretamente relacionado à produção e socialização do conhecimento. Na Grécia Antiga, por exemplo, a educação era altamente valorizada, e filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles desempenharam um papel fundamental na reformulação da maneira como o conhecimento era compreendido e ensinado, moldando a educação e o pensamento filosófico de sua época. No entanto, é importante destacar que essa educação era predominantemente acessível aos homens livres, enquanto mulheres, escravos e crianças eram geralmente excluídos dessas atividades (Costa, 1995).

Esses filósofos influenciaram profundamente a estrutura educacional da época. Da mesma forma, em outras civilizações, como na Babilônia e no Egito, os professores eram vistos como guias essenciais na formação dos futuros líderes e cidadãos, contribuindo significativamente para a preservação e evolução das sociedades. Ao longo dos séculos, a profissão do professor foi se transformando, acompanhando as mudanças culturais, sociais e tecnológicas de cada período (Costa, 1995).

De acordo com Santos (2001), os primeiros educadores registrados são os sofistas, dedicando-se ao ensino das habilidades necessárias para a cidadania. Diferente dos filósofos, os sofistas ofereciam seus conhecimentos a quem pudesse pagar, sem necessariamente se preocupar com conceitos como verdade ou justiça. Seu ensino se fazia

baseado na existência, mundo das ideias e das leis, e ensino da retórica em diferentes espaços.

Na Idade Média, a educação estava intrinsecamente ligada à religião e aos mosteiros, sendo a religião o principal elemento unificador. Monges e clérigos desempenhavam o papel de principais educadores e transmissores do saber (Costa, 1995). Com o declínio progressivo do Império Romano e a disseminação do cristianismo, a prática educacional foi fortemente influenciada pela visão medieval, refletindo o cenário social da época, que estava profundamente interligado às estruturas religiosas e políticas fragmentadas.

A nobreza e o clero controlavam tanto o poder quanto às propriedades, enquanto os servos da gleba viviam em condições de servidão, presos à terra. Neste contexto fragmentado, a religião desempenhava um papel central como força unificadora, orientando a vida espiritual e influenciando as alianças políticas entre o Estado e a Igreja (Costa, 1995). Paralelamente à expansão da educação cristã, ensaiava-se um novo modelo educacional voltado para diferentes classes sociais, adaptando-se às necessidades e demandas emergentes da época, de modo que,

Os séculos XI, XII e XIII são marcados pelo surgimento das cidades e, com elas, o de uma nova classe, a *burguesia* que, inicialmente frequenta escolas monacais; mas à medida que se fortalece, percebe a necessidade de outro tipo de formação, voltado ao interesse da classe em ascensão. Assim, surgem escolas cujos professores leigos são nomeados por autoridades municipais (Costa, 1995, p. 73).

O período mencionado acima é historicamente caracterizado como a Baixa Idade Média, que testemunhou a modificação da organização social e crescimento das cidades. A urbanização trouxe consigo uma reorganização social e econômica, visto que, as cidades se tornaram centros de comércio e atividade econômica, propiciando o surgimento de uma nova classe social: a burguesia. Formada por comerciantes, artesãos e outros profissionais, a burguesia começa a ganhar força e influência na sociedade. Inicialmente, os membros desta classe frequentavam as escolas monacais, administradas por instituições religiosas (Cambi, 1999).

A transição das escolas monásticas para as escolas leigas representa um marco na secularização da educação, apontando para uma diversificação dos currículos escolares e uma abertura maior para diferentes formas de conhecimento, além do religioso. Este processo abre caminho para uma nova fase na história da educação, a chamada Era Moderna (Costa, 1995).

Ao longo dos séculos XV a XVIII, que compõem a Era Moderna, observa-se a função docente se organizando e se modificando, passando então, da atuação de mestres leigos e religiosos, para congregações docentes num processo de estatização, que buscou atender às necessidades do Estado e do mercado. Os professores se tornaram difusores da ideologia dominante e a escola passou a exercer um papel

fundamental na inserção política e social dos indivíduos (Costa, 1995; Nóvoa, 1999).

Quanto a função do professor, Costa (1995, p. 64) aponta que “[...] o magistério, tal como o concebemos hoje, constituiu-se a partir do século XV, no seio de uma sociedade disciplinar, erigida no conjunto das transformações que produzem a modernidade”. Ademais, no período de formação do sistema educacional moderno, foram estabelecidas estruturas e práticas que ainda influenciam a forma como ensinamos e aprendemos hoje (Nóvoa, 1991).

No fim do século XVIII, a docência configurou-se como uma profissão burocrática. O Estado-Nação reconheceu que o modelo educacional vigente não atendia mais às novas demandas econômicas e sociais, levando à institucionalização e à estatização dos sistemas de ensino. Este processo de centralização vinha se intensificando dos séculos XVI a XVIII, quando o Estado assume a responsabilidade e controle sobre instituições escolares e direciona o trabalho educativo, para instruir a sociedade conforme as necessidades - políticas e econômicas - da época, “baseada na propriedade privada dos meios de produção e na economia de mercado” (Costa, 1995, p. 76).

A educação estatizada se diferenciou do modelo de educação desenvolvido pela Igreja. Por toda a Europa, buscava-se o “perfil do professor ideal” à medida que o Estado selecionava e recrutava um novo corpo docente, que estivesse a seu serviço, mas, “[...] o modelo do professor

continua muito próximo do modelo do padre” (Nóvoa, 1999, p. 15). Desta forma, em meio às transformações sociais, econômicas e escolares, a função docente se constitui e se modifica.

Durante os séculos XVI e XVII, surgiram novos desafios relacionados à constituição de saberes pedagógicos específicos para a prática docente. A formação de um novo corpo de professores, atuando como representantes do Estado, tornou-se ponto decisivo para a reforma e estatização educacional. Essa preocupação continuou se manifestando ainda no século XVIII, consistindo “na definição de regras uniformes de seleção e de nomeação dos professores” (Nóvoa, 1999, p. 17). Nesta perspectiva, o autor menciona a necessidade de os professores estarem “organizando-os como um corpo do Estado”.

A burocratização do corpo docente resultou de um acordo de interesses em que os professores trocaram sua autonomia e independência pelo **status** e a segurança oferecidos por um sistema administrativo e hierárquico. No século XVIII, os reformadores educacionais defendiam a necessidade de regras padronizadas para a seleção e nomeação de professores, com o objetivo de alcançar as metas sociais e políticas estabelecidas. A variedade de práticas educacionais do antigo regime foi considerada inadequada para a nova configuração da escola e do ensino (Nóvoa, 1999).

No século XIX, houve um movimento de centralização na seleção do corpo docente e na organização educacional

que visava garantir um sistema mais coeso e controlado. A ideia era formar um corpo de professores que atuassem a serviço do Estado, alinhados com as diretrizes e valores impostos por este, ao invés de estarem vinculados às suas comunidades locais, ideologias ou crenças pessoais (Villela, 2016). Este processo buscava assegurar que a educação fosse um instrumento de uniformidade e controle estatal.

Neste contexto, o controle sobre as instituições de ensino foi intensificado, e o Estado começou a exigir que os docentes obtivessem uma licença obrigatória para lecionar, concedida apenas após a aprovação em exames rigorosos ou concursos públicos. Esses procedimentos seletivos foram fundamentais no processo de profissionalização do magistério, estabelecendo critérios padronizados para garantir que os professores estivessem alinhados com as políticas e objetivos educacionais do Estado, pois,

A partir do final do século XVIII não é permitido ensinar sem uma licença ou autorização do Estado, a qual é concedida na sequência de um exame que pode ser requerido pelos indivíduos que preencham um certo número de condições (habilitações, idade, comportamento moral, etc.). Este documento constitui um verdadeiro suporte legal ao exercício da actividade docente, na medida em que contribui para a delimitação do campo profissional do ensino e para a atribuição ao professorado do direito exclusivo de intervenção nesta área (Nóvoa, 1999, p. 17).

A licença passou a servir como referência à definição de um conjunto de competências técnicas básicas ligadas aos

critérios escolares, subsidiando tanto o recrutamento quanto o esboço da carreira docente. Neste contexto, os professores se tornaram propagadores da ideologia dominante, em uma posição revestida de ambiguidade: por um lado, são servidores do Estado, e decorrente disso, não podem se opor a ele; por outro lado, possuem uma certa independência na construção de um discurso próprio (Nóvoa, 1999).

Embora esse novo modelo de professor tenha alcançado maior reconhecimento, socialmente, enfrentava um dilema significativo: "[...] ao mesmo tempo em que são rejeitados pela classe burguesa, são, praticamente, impedidos de frequentar as classes populares" (Costa, 1995, p. 80).

No final do século XIX, o cenário político e educacional brasileiro foi profundamente influenciado por debates sobre a necessidade de reformas, impulsionados pelos altos índices de analfabetismo, amplamente documentados nas estatísticas da época (Saviani, 2014). As críticas às instituições do regime monárquico se concentravam na sua falta de representatividade democrática, na centralização excessiva do poder e na repressão às liberdades fundamentais, como a de consciência, imprensa e ensino.

Essas questões geram uma pressão crescente por um regime político mais democrático, com um foco renovado na educação das massas analfabetas (Saviani, 2014). As reformas educacionais da época refletiam a crença de que "[...] toda a reforma escolar poderia ser resumida na

questão do mestre e dos métodos” (Saviani, 2014, p. 23). Assim, intensificou-se a busca por escolas que formassem cidadãos, com o objetivo de combater o analfabetismo.

A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No fim do século XIX, registram-se os primeiros passos da **feminização** do magistério, que acentuou complexidades presentes no ensino, sendo fortalecidas após a República. Para Almeida (2014, p. 61) “a feminização do magistério foi e continua sendo um fenômeno universal [...]” identificado como o momento em que a profissão de professor passou a ser predominantemente ocupada por mulheres.

Entretanto, não foi um movimento aceito de forma passiva ou sem contestação, sendo acompanhado de resistência e reivindicação, evidenciando que as mulheres lutavam por mais reconhecimento e direitos, mesmo quando inseridas em uma profissão historicamente dominada por homens, visto que,

Ao longo do século XVIII e XIX, a mentalidade vigente, herdeira legítima do colonialismo, dava pouco valor à instrução feminina, concentrando sua atenção nas normas sociais que impediam as mulheres de ocupar espaços sociais e até mesmo saírem desacompanhadas. Essa imagética estendeu-se ao longo do Império e mesmo durante os anos republicanos. Por conta dessas normas os pais preferiam educar suas filhas em sua própria casa, com

professoras particulares ou clérigos. Essa educação concentrava-se nas aulas de ensino elementar com um pouco de gramática, que visavam preparar as meninas para o casamento, que costumava acontecer muito cedo (Almeida, 2014, p. 65).

Com o aumento do acesso das mulheres à educação formal, o magistério passou a ser uma opção profissional viável e socialmente aceita, consolidando a imagem da "mulher-mãe-professora" como um modelo de virtude e conhecimento. Ou seja, "A figura da mulher atuante na escola-mãe que redimia e encaminhava para uma vida de utilidade e sucesso foi esculpida em prosa e verso", (Almeida, 2014, p. 57) e, assim, "colocou nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes".

Nóvoa (1999) destaca que o processo de profissionalização docente serviu a estes propósitos, evidenciando a relação entre educação e o controle social. Os professores enquanto agentes do estado e, portanto, agentes políticos, passaram a exercer influência significativa na organização e nos percursos de mobilidade social, visto que,

No momento em que a escola se impõe como instrumento privilegiado da estratificação social, os professores passam a ocupar um lugar-charneira nos percursos de ascensão social, personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da população: *agentes culturais*, os professores são também, inevitavelmente, *agentes políticos* (Nóvoa, 1999, p. 17, grifos do autor).

De acordo com o dicionário Priberam de Língua Portuguesa, em sentido figurado, a palavra charneira é utilizada para se referir à "Pessoa ou coisa que une partes diferentes", sendo o lugar-charneira, conforme mencionado por Nóvoa (1999) aquele que serve à união de dois ou mais grupos e/ou mundos diferentes em um só espaço. Para o autor, no meio escolar, este espaço é ocupado pelo professor enquanto agente cultural e político.

Em Nóvoa (1999), a criação das escolas normais para a formação dos professores primários, fez parte de um esforço tanto do Estado, que buscava controlar a educação, quanto dos próprios professores, que almejam melhorar seu **status**. Este contexto evidencia a ambiguidade da posição social dos docentes, que, embora desempenhassem funções intelectuais comparadas a profissionais, como médicos e advogados, recebiam formações próximas aos dos artesãos.

Considerando esse contexto, diferentes correntes ideológicas se formaram entre os professores, conforme explica Nóvoa (1991). Estas correntes vão desde a adesão ao discurso oficial do Estado, passando por posturas críticas e inovadoras, até a formação de grupos pedagógicos que buscavam legitimar a profissão por meio de novos saberes. Existia uma maioria que, sem um posicionamento definido, adotava ideias dominantes sem uma reflexão crítica mais aprofundada. O desenvolvimento de um espírito de solidariedade entre os professores e a criação de estratégias

de ação conjunta foi moldado por esses conflitos ideológicos, que influenciam até hoje as práticas pedagógicas e o papel social da educação. Nóvoa (1991) ainda aponta que os docentes, neste momento se dividem em:

1) *os docentes que esposam as visões dos controladores sociais*, que cumprem a função dos ideólogos oficiais com base em um discurso de adesão ao Estado; 2) *os docentes inovadores e críticos* que, contrariando o discurso oficial, assumem uma postura autônoma; 3) *os “pedagogistas”*, que tomaram para si a tarefa de elaborar um *corpo de saberes* e de *savoir-faire* para legitimar a profissão, assumindo uma militância pedagógica; e, 4) *os docentes sem opção deliberada*, a maioria que, não possuindo um discurso próprio, vai vulgarizar propostas pedagógicas tomadas de empréstimo, assimilando as ideias dominantes. São os chamados *militantes da indiferença ativa* (Nóvoa, 1991, apud Costa, 1995, p. 81, grifos da autora).

O primeiro grupo, inclui os professores que seguem as visões dos controladores sociais, adotando um discurso alinhado ao Estado e às autoridades educacionais, sem questionar criticamente as diretrizes impostas. Essa postura está alinhada com tendências mais tradicionais ou conservadoras na educação, que valorizam a autoridade do currículo oficial. Definidas por Luckesi (2011, p. 75) como tendências liberais tradicionais, “a atuação da escola consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade. O compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem à sociedade”.

O segundo grupo é composto por professores inovadores e críticos, que desafiam o **status quo** e promovem práticas pedagógicas mais significativas e inclusivas. Eles estão alinhados com movimentos contemporâneos de educação crítica, promovendo metodologias como ensino colaborativo e aprendizagem baseada em projetos. Nesta concepção, autores como Dewey (1859-1952), Decroly (1871-1932) e Freinet (1896-1966) se destacaram dentro do escolanovismo ao buscar ressignificar a escola tradicional, seus métodos e materiais.

O terceiro grupo é formado pelos pedagogistas, que praticam a educação, mas também, teorizam e constroem conhecimentos pedagógicos, legitimando a profissão através da produção de saberes e práticas pedagógicas fundamentadas. Esta corrente se relaciona com a valorização da formação contínua dos professores e da pesquisa em educação (Nóvoa, 1991).

Por fim, o quarto grupo inclui a maioria dos professores que, sem uma escolha deliberada, adotam práticas pedagógicas sem uma reflexão crítica, assimilando ideias dominantes sem questioná-las profundamente. Esta postura pode estar relacionada com a resistência à mudança e a dificuldade na implementação de inovações educacionais, destacando a importância da formação inicial e contínua dos professores para a adoção de práticas mais atualizadas e conscientes.

As definições apresentadas por Nóvoa (1991) enfatizam a importância de reconhecer e entender as diferentes posturas docentes, na tentativa de promover uma prática pedagógica reflexiva e comprometida com a transformação educacional. Relacionando essas questões às tendências pedagógicas na educação, observa-se um movimento crescente em direção à personalização do ensino e ao fortalecimento da autonomia docente.

A observação do passado, permite-nos identificar as origens das práticas e políticas, o tipo de escola e o perfil de professores que desejamos para as próximas gerações. No próximo tópico levantamos uma breve discussão sobre o desenvolvimento histórico das tendências pedagógicas no Brasil e sua relação com o papel do professor no contexto educacional a fim compreender a qual sociedade e interesses a educação se destina em seus diferentes contextos.

Tendências Pedagógicas no Brasil e o Trabalho Docente

O caráter político da educação é evidenciado na seleção e organização dos conteúdos e nas práticas pedagógicas impostas "diretamente relacionadas aos objetivos políticos propostos" (Luckesi, 2011, p. 170). Foi no fim do século XIX que a escola recebeu da sociedade uma

confiança generalizada na instrução. A educação passou a ser vista como “libertadora da ignorância e como instrumento para a igualdade entre os cidadãos” (Costa, 1995, p. 81). Entre o final do século XIX até as décadas de 1930 a 1940 do século XX, os professores desfrutaram do maior prestígio profissional, havendo reconhecimento social do seu trabalho, uma vez que a escola representava o progresso, e os professores eram vistos como seus agentes em busca de transformação da sociedade (Nóvoa, 1991).

Tanto as escolas públicas quanto as privadas são influenciadas por diferentes tendências em suas práticas pedagógicas e intencionalidades. Essas influências não se manifestam de maneira isolada, podendo se fazer presente no espaço e prática escolar, visto que “[...] as tendências não aparecem em sua forma pura, nem sempre são mutuamente exclusivas, nem conseguem captar toda a riqueza da prática concreta. São, aliás, as limitações de qualquer tentativa de classificação” (Libâneo, 2014, p. 21). Assim, em uma análise filosófica e histórica, percebe-se que a educação sempre teve como papel fundamental estar a serviço da sociedade ou grupos sociais elitizados.

Luckesi (2011) aponta que, há mais de 50 anos, a educação brasileira vem sendo marcada por diferentes tendências liberais, ora renovadas, ora conservadoras. Também Libâneo (2014), pontua que a prática escolar é influenciada pelos condicionantes sociais e políticos que moldam a imagem de homem e sociedade ideais.

De modo geral, existe uma concordância entre os autores ao classificarem as tendências pedagógicas em dois grupos principais, selecionados pela posição que ocupam em relação aos objetivos sociopolíticos da escola: liberais e progressistas. Nas tendências ou pedagogia liberal, registram-se a Pedagogia tradicional, renovada progressivista, renovada não-diretiva e o tecnicismo. O segundo grupo é formado pelas tendências progressistas - em que se manifestam a Pedagogia libertadora, libertária e a crítico-social dos conteúdos (Libâneo, 2014). Sabemos que existem várias outras correntes vinculadas a estas tendências, entretanto, de acordo com Libâneo (2014), essas são as mais conhecidas.

Nas tendências pedagógicas liberais, a escola é o espaço destinado à transmissão de conhecimentos objetivos, a fim de preparar os sujeitos para desempenhar papéis sociais, considerando suas aptidões pessoais. Libâneo (2014), aponta que nas tendências liberais, as diferenças de classes são escondidas pela ênfase no aspecto cultural. Prega-se a ideia de oferta de oportunidades iguais, entretanto, as desigualdades de condições não são levadas em consideração.

A relação professor-estudante é hierárquica e as técnicas de ensino incluem aulas expositivas e avaliações padronizadas (Libâneo, 2014). A Pedagogia Liberal tem seu início marcado com a Pedagogia Tradicional e evolui para a pedagogia renovada à medida que deve adequar-se às

necessidades sociais, passando a conviver nos espaços e práticas escolares (Libâneo, 2014).

Quanto às tendências pedagógicas progressistas, apresentam uma visão de educação mais voltada para a transformação social. As técnicas pedagógicas progressistas incluem, ainda, métodos como projetos de pesquisa, discussões em grupo e avaliações formativas, em busca da contextualização e aproximação do conhecimento com a realidade social dos alunos (Libâneo, 2014).

Dentre as tendências progressistas, encontram-se três teorias: libertadora do Patrono da Educação Brasileira Paulo Freire (Lei nº 12.612/2012); pedagogia libertária; e a pedagogia crítico-social dos conteúdos (Libâneo, 2014). Nessas tendências, o currículo, os objetivos, as metodologias de ensino, os professores e os demais agentes escolares, são motivados por diferentes finalidades da educação. Em algumas situações, essas diferentes tendências convergem e, em outros, se complementam (Luckesi, 2011).

Considerando as diferentes pedagogias e práticas presentes no ambiente escolar, o professor, enquanto sujeito ativo, deve conhecer e compreender a que fim serve a educação que pratica, questionando, repensando-a e adequando-a à sua realidade. Pode e deve atuar enquanto sujeito crítico que objetiva a transformação da sociedade. Em virtude disso, seu ensino e fazer pedagógico deve ser dotado de reflexão e questionamento sobre a escola que

tem e os alunos que educa, “visando superar a percepção mágica da realidade” (Freire, 2002, p. 33).

Nova Sociedade, Nova Identidade: O Papel do Professor na Educação Contemporânea

Identidade refere-se a um conjunto de experiências, jeitos e posicionamentos atribuídos a um sujeito, que o caracterizam. Hall (2006) destaca que a pluralização das identidades traz implicações políticas significativas. Estas são contraditórias e múltiplas, e no cenário político contemporâneo, se fragmentam e competem entre si. Identidade docente, por sua vez, carrega o significado ambíguo de identificação e de diferenciação dos professores, não podendo ser tratada como algo fixo, mas que também não pode ser definida como provisório, visto que, simultaneamente, caracteriza um processo de formação que perpassa diferentes mudanças.

Além disso, em sua construção “[...]a identidade profissional não pode ser dissociada da adesão dos professores ao projeto histórico da escolarização, o que funda uma profissão que não se define nos limites internos da sua actividade” (Nóvoa, 1999, p. 18). Sua construção está relacionada à dimensão pessoal e aquilo que ele é, bem como com os contextos em que participa, os espaços e situações de reflexão vivenciadas, estes fatores devem ser considerados na busca por aprofundar os efeitos formativos

e apropriação cognitiva dos mecanismos sociais de mudanças de perspectivas.

Desse modo, a identidade docente pode ser vista como um conjunto de variáveis que consideram as relações, biografias, condições de trabalho, história pessoal, profissional e cultural de cada indivíduo que se identifica como professor (Tardif, 2014). Para Maturana (1998, p. 04), a humanidade se define pelo "entrelaçamento do racional com o emocional", desafiando o domínio exclusivo da razão. Devemos reconhecer o professor como um ser tanto racional quanto emocional, que se dedica ao processo educativo.

De acordo com Cavaco (1999) compreende-se que no contexto atual, encontrar um espaço no mundo do trabalho marca a transição para a vida adulta. Frequentemente, entretanto, as estruturas ocupacionais não se alinham com o ideal vocacional desenvolvido ao longo da trajetória educacional, seja nas salas de aula, em atividades socioculturais ou conforme as expectativas familiares. Assim, ao repensar a identidade e o papel do professor, é essencial incorporar a dimensão emocional para promover uma educação mais humanizada, além de considerar a sociedade para a qual está formando seu alunado.

Para além disso, ao longo dos séculos, professores e professoras vêm se adaptando às transformações sociais e educacionais. Na sociedade em constante mudança, o professor deve se reinventar para atender às novas

demandas e dinâmicas que surgem. Mas, afinal, em que tipo de sociedade estamos inseridos e compartilhamos?

No contexto atual, vivemos em uma cultura que valoriza a competição e o confronto, e muitas vezes afirmamos que a democracia é a livre disputa pelo poder. Contudo, não existe competição saudável nem disputa fraterna. A democracia é uma construção cotidiana e política que demanda a consciência de que ninguém possui a verdade absoluta, e que o outro é tão legítimo quanto o eu. Isso difere fundamentalmente da luta pelo poder (Maturana, 1998).

“A conversação democrática constitui a democracia: o viver humano se faz no conversar” (Maturana, 1998, p. 72). Nesse contexto, é fundamental reconhecer a importância de valorizar as diferenças, que são essenciais para expressar a individualidade de cada pessoa e grupo. Freire e Faundez (1985) afirmam que aprendemos através das rupturas. O outro é diferente e pode nos trazer conhecimentos novos. Ao refletir sobre o cenário social e educacional atual, os autores defendem que o ideal da educação é promover a interação entre diferentes perspectivas de mundo.

Viver em uma democracia implica aceitar que um projeto fixo em busca da ordem social não se sustenta, visto que a democracia é essencialmente uma colaboração baseada no desejo de convivência, fundamentada na diferença e diversidade (Maturana, 1998). Há, portanto, uma provocação sobre o tipo de sociedade em que vivemos e compartilhamos. A importância da adaptação dos

professores diante das mudanças sociais e educacionais ao longo dos séculos também é evidenciada nessa discussão.

No processo de ensino, o diálogo é considerado fundamental. Freire e Faundez (1985) argumentam que o ensino deve estimular a curiosidade e a capacidade de questionar. O conhecimento surge da curiosidade do professor e aluno. Ao buscar formar alunos críticos e que perguntam, tanto alunos quanto professores são levados a questionarem a própria realidade. No processo de troca de conhecimento, todos os envolvidos são transformados (Freire; Faundez, 1985).

O diálogo, neste contexto, deve-se fazer com uma escuta atenta e despida de preconceito, encontrando relevância e saber na fala do outro, pois quando julgamos que detemos saber melhor ou maior que o do aprendiz, não estamos fazendo um diálogo competente, visto que "[...] a fraqueza está naquele que julga deter a verdade e, por isso mesmo, é intolerante" (Freire; Faundez, 1985, p. 23). A educação é um processo que se faz a vida inteira. O papel do professor é, portanto, imprescindível na renovação do conhecimento, assegurando que este seja relevante e significativo para os diferentes sujeitos, não apenas enquanto alunos e/ou no espaço escolar, mas também ao longo de suas vidas, em seus diferentes espaços.

Considerações Finais

A profissão docente, marcada por transformações e desafios, é fundamental para a construção, propagação e atualização do conhecimento, e sua atuação vai além das atividades tradicionais de sala de aula. De acordo com Nóvoa (1999), a identidade profissional dos professores está diretamente relacionada ao compromisso com os valores e objetivos educacionais da sociedade, refletindo um papel ativo no desenvolvimento de uma educação crítica e transformadora.

Além disso, destacamos que as tendências pedagógicas e a atuação docente não podem ser neutras, uma vez que se constroem em espaços de disputa de interesses políticos, sociais e econômicos. O professor, enquanto agente formador, precisa se conscientizar desse cenário e posicionar-se criticamente a fim de promover uma educação que questione as estruturas existentes. Destacamos a relevância de pesquisas que atentem para a complexidade e a importância do papel do professor na sociedade atual, ressaltando que a prática educacional vai muito além da mera transmissão de conhecimento e requer uma abordagem que valorize os alunos, promova o diálogo e esteja aberta às transformações sociais e culturais.

O reconhecimento de que a prática educativa é referendada por fatores sociais, econômicos e políticos reforça a ideia de que os professores devem estar cientes das dinâmicas que permeiam o campo educacional e suas

implicações para a formação dos sujeitos. A formação da identidade docente é de natureza profissional, portanto, é política, social e ideológica. Contudo, deve reverberar na justiça social e no desenvolvimento humano.

O presente estudo teve como objetivo compreender a constituição da profissão docente, investigando os elementos que compõem a identidade profissional do professor e os contextos socioculturais que influenciam essa construção. A partir da análise realizada, conclui-se que a identidade docente é uma construção dinâmica, fruto de experiências políticas, sociais e culturais ao longo da história. Além disso, o papel do professor vai além da sala de aula, assumindo um caráter transformador na sociedade contemporânea. Assim, o trabalho docente não se limita à transmissão de conhecimentos, mas requer uma postura crítica, reflexiva e consciente das demandas sociais, buscando promover uma educação democrática e inclusiva que prepare os alunos para atuarem como cidadãos críticos e transformadores.

Referências

ALMEIDA, JANE SOARES DE. MULHERES NA EDUCAÇÃO: MISSÃO, VOCAÇÃO E DESTINO? A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO AO LONGO DO SÉCULO XX. IN: SAVIANI, DERMEVAL. ET AL. **O LEGADO EDUCACIONAL DO SÉCULO XX**. 3. ED. CAMPINAS, SP: AUTORES ASSOCIADOS, 2014, p. 59-101.

CAMBI, FRANCO. **HISTÓRIA DA PEDAGOGIA**. SÃO PAULO: FUNDAÇÃO DA EDITORA DA UNESP (FEU), 1999.

CAVACO, MARIA HELENA. OFÍCIO DO PROFESSOR: O TEMPO E AS MUDANÇAS. IN: NÓVOA, ANTÓNIO. **PROFISSÃO PROFESSOR**. PORTO: PORTO EDITORA, LDA, 1999.

COSTA, MARISA. **TRABALHO DOCENTE E PROFISSIONALISMO**: UMA ANÁLISE SOBRE GÊNERO, CLASSE E PROFISSIONALISMO NO TRABALHO DE PROFESSORES E PROFESSORAS DAS CLASSES POPULARES. PORTO ALEGRE: SULINA, 1995.

FREIRE, PAULO. **EDUCAÇÃO E MUDANÇA**. 49. ED., RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 2023.

FREIRE, PAULO. **EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO?** TRADUÇÃO DE ROSISCA DARCY DE OLIVEIRA. 12. ED., RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 2002.

FREIRE, PAULO; FAUNDEZ, ANTÔNIO. **POR UMA PEDAGOGIA DA PERGUNTA**. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1985.

HALL, STUART. **A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE**. 11. ED. RIO DE JANEIRO: DP &A, 2006.

LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS. **DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA**: PEDAGOGIA CRÍTICO-SOCIAL DOS CONTEÚDOS. SÃO PAULO: EDIÇÕES LOYOLA, 28. ED., 2014.

LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS. **DIDÁTICA**. 2. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2013.

LUCKESI, CIPRIANO CARLOS. **FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**. 3. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2011.

MATURANA, HUMBERTO. **EMOÇÕES E LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO E NA POLÍTICA**. BELO HORIZONTE: ED. UFMG, 1998.

NÓVOA, ANTÓNIO (ORG.). **FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES: REALIDADE E PERSPECTIVAS**. PORTUGAL: UNIVERSIDADE DE AVEIRO, 1991.

NÓVOA, ANTÓNIO. **PROFISSÃO PROFESSOR**. PORTO: PORTO EDITORA, LDA, 1999.

SANTOS, GISLENE APARECIDA DOS. ÉTICA, FORMAÇÃO, CIDADANIA. IN: SANTOS, GISLENE APARECIDA DOS. (ORG.). **A EDUCAÇÃO E AS NOSSAS ILUSÕES**. UNIVERSIDADE, FORMAÇÃO, CIDADANIA. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001, v. 1, p. 149-167.

SAVIANI, DERMEVAL (ORG.). **O LEGADO EDUCACIONAL DO SÉCULO XX**. 3. ED. CAMPINAS, SP: AUTORES ASSOCIADOS, 2014.